



ESPORTE CLUBE SÃO BENTO

***Demonstrações Financeiras para os exercícios
findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017,***

***Acompanhada do Relatório dos Auditores
Independentes***

ACR-RA/SP 055/2019



ACR – RA/SP 055/2019

Sorocaba (SP), 31 de Maio de 2019.

A

ESPORTE CLUBE SÃO BENTO

Att. Sr. Márcio Rógerio Dias – Diretor Presidente

Ao concluirmos nossos exames sobre o período compreendido entre os dias 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2018, apresentamos nosso Relatório Contábil, o qual inclui as Demonstrações Contábeis levantadas em 31 de dezembro de 2018, juntamente com as Notas Explicativas e o Relatório dos Auditores Independentes.

As nossas observações visam contribuir para o melhor entendimento da situação contábil e alerta para as falhas ou anormalidades que foram encontradas, possibilitando suas correções ou mesmo o aperfeiçoamento dos métodos e procedimentos que puderam se recomendados.

Mantemos as provas do exame dos itens mencionados em relatório. Gostaríamos de lembrar em vista da impossibilidade de abranger 100% das operações, os exames foram efetuados em base de testes, em amostras definidas, conforme critérios de relevância e estatísticas, objetivando a maior qualidade e eficácia dos trabalhos.

Permanecemos á disposição para discutirmos este relatório, bem como assuntos relativos á empresa.

Atenciosamente.


ANTONIO CARLOS RUBINATO
Contador-CRC1SP111745/O-5
Registro Ibracon nº 5.092



ESPORTE CLUBE SÃO BENTO
RELATÓRIO CONTÁBIL DE AUDITORIA
DATA BASE – 31/DEZEMBRO/2018

ÍNDICE

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

- Relatórios dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis;
- Balanço Patrimonial;
- Demonstração do Resultado do Exercício;
- Demonstração das Mutações nas Contas do Patrimônio Líquido;
- Demonstração do Fluxo de Caixa;
- Demonstração do Valor Adicionado;
- Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis;
- Índices Econômicos e Financeiros;
- Notas, Comentários e Recomendações.



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

ACR – RA/SP 055/2019

Aos
Administradores do
ESPORTE CLUBE SÃO BENTO
Sorocaba - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do **ESPORTE CLUBE SÃO BENTO**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas que fazem parte das referidas demonstrações.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos e possíveis efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva” as demonstrações contábeis acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **ESPORTE CLUBE SÃO BENTO** em 31 de dezembro de 2018, o resultado de suas operações, as mutações no seu patrimônio líquido e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras

Conforme mencionado nas notas explicativas nºs 5 e 10, o Clube registrou com base em presunção, créditos de receitas futuras a receber da Federação Paulista de Futebol e da Confederação Brasileira de Futebol, no montante de R\$ 10.977.064, em desacordo com o Pronunciamento Técnico - CPC-47.

Conforme mencionado na nota explicativa nº 8, o Clube incorporou no exercício de 2017, ao seu ativo permanente, valor correspondente de R\$ 3.901.466 referente a um imóvel onde localiza-se a sede do mesmo, em contrapartida do Patrimônio Líquido (ajuste de exercícios anteriores), sendo que o referido imóvel é cedido em regime de comodato, portanto, sem escritura definitiva em favor do mesmo, consequentemente o Ativo Não Circulante está a maior e o Patrimônio Líquido Negativo á menor.

Conforme mencionado na nota explicativa nº 13, o Clube não registrou provisões para contingências cíveis e trabalhistas para os processos cuja probabilidade de perda foi avaliada por seus consultores jurídicos como provável. Esses valores somaram aproximadamente R\$ 516.170. Consequentemente o Passivo Não Circulante está a menor e o Patrimônio Líquido está a maior no referido valor.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação ao **ESPORTE CLUBE SÃO BENTO**, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião não modificada sobre as demonstrações financeiras e com ressalva sobre as demonstrações financeiras.

Ênfases sobre as demonstrações financeiras

- ***Passivo a descoberto***

O Clube vem acumulando alternadamente prejuízos e seu patrimônio líquido apresenta-se negativo, passivo a descoberto, no montante de R\$ 332.753, em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 1.117.308 em 2017). A Administração deve adotar medidas de curto e médio prazo com o objetivo de reverter esta situação.

- ***Parcelamento da Lei nº 13.155/2015 - Profut***

Conforme descrito na nota explicativa nº 14, o Clube aderiu ao programa de parcelamento estabelecido pela Lei nº 13.155 de 04/08/2015. Lei de Responsabilidade Fiscal do Esporte – LRFE que estabelece princípios e práticas de responsabilidade fiscal e financeira e de gestão para entidades desportivas profissionais de futebol e que criou o Programa de Modernização da Gestão e de Responsabilidade Fiscal do Futebol Brasileiro – PROFUT. Referida Lei permitiu o parcelamento a ser aplicado aos débitos com a União, mesmo que em fase de execução ajuizada ou de incorporação de parcelamentos anteriores, devendo ser consolidada no âmbito de cada órgão responsável pela cobrança, Secretária da Receita Federal, na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e no Banco Central do Brasil e Previdência Social, em até duzentas e quarenta parcelas, com redução de multas e juros e o FGTS que poderá ser parcelado em até cento e oitenta prestações mensais, sem redução de encargos.

- ***Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional***

O Clube apresentou um superávit de R\$ 784.664 em 31 de dezembro de 2018, e mantém um passivo a descoberto de R\$ 332.753, bem como o passivo circulante excedia o ativo circulante em R\$ 1.569.973, evidenciando a necessidade de aporte de recursos financeiros. A administração está envidando esforços com o objetivo de minimizar os impactos em seu fluxo de caixa. A continuidade das atividades do Clube depende do sucesso dessas medidas.

As demonstrações financeiras não incluem nenhum ajuste relativo a recuperação e classificação de ativos ou aos valores e à classificação de passivos, que seriam requeridos na impossibilidade do Clube continuar exercendo suas atividades. Nossa conclusão não está afetada por esse assunto.

- **Auditoria do ano anterior**

As demonstrações financeiras correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, apresentadas para fins de comparação, foram anteriormente por nós auditadas de acordo com as normas de auditoria vigentes por ocasião da emissão do Relatório do Auditor Independente, em 31 de julho de 2018, com ressalvas.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício de 31 de dezembro de 2018, elaboradas sob a responsabilidade da administração do **ESPORTE CLUBE SÃO BENTO**, e apresentadas como informação gerencial, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da empresa. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as Demonstrações Contábeis e o Relatório dos Auditores

A administração do **ESPORTE CLUBE SÃO BENTO** é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse assunto.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é de a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório esta, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.



Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis vigentes no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração das demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o **ESPORTE CLUBE SÃO BENTO** continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do **ESPORTE CLUBE SÃO BENTO** são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causadas por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião.

Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas de auditoria vigentes no Brasil, sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas de auditoria vigentes no Brasil, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião.



- O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtermos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa.
- Avaliarmos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação de uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações foram inadequadas. Nossas conclusões fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objeto de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança e respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.





Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Sorocaba (SP), 31 de maio de 2019.-



ACR AUDITORIA E CONTABILIDADE S/S LTDA
CRC2SP035035/O-0


Antonio Carlos Rubinato
Contador - CRC1SP111745/O-5
Registro IBRACON nº 5.092


Jéssica Christina Moreno Gregório Rubinato
Contadora - CRC1SP297849/O-9
Auditora Assistente

ESPORTE CLUBE SÃO BENTO
CNPJ/MF: 71.858.054/0001-30
BALANÇO PATRIMONIAL

		(Valores em R\$ 1.00)			
ATIVO	Nota Explic.	31/12/2018	31/12/2017	PASSIVO	Nota Explic.
ATIVO CIRCULANTE					
BENS NUMERÁRIOS	4	11.628.903	383.627	PASSIVO CIRCULANTE	
DEPÓSITOS BANCÁRIOS À VISTA	4	444.358 532	208.970 739	OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS	11
				OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	12
				PROVISÃO DE FÉRIAS e ENCARGOS	11
DISPONIBILIDADES IMEDIATAS		444.890	209.709	DÉBITOS SOCIAIS E TRIBUTÁRIOS	
ADIANTAMENTOS DIREITO DE IMAGEM	6	50.000	144.480	OUTROS VALORES A PAGAR	14
COTAS DE PATROCÍNIO A RECEBER	5	120.151	-		
ADIANTAMENTOS SALARIAIS	6	16.047	-		
CREDITOS A RECEBER DA F.P.F.	5	5.373.000	-	PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS	13
CREDITOS A RECEBER DA C.B.F.	5	5.604.064	-		
ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES	6	5.000	17.421	EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	9
CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS	6	20	-		
BLOQUEIOS JUDICIAIS	6	15.731	12.017		
OUTROS CRÉDITOS		11.184.013	173.918	RECEITAS A RECEBER - F.P.F. E C.B.F.	10
ATIVO NÃO CIRCULANTE		4.103.575	4.051.815	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	
REALIZAVEL A LONGO PRAZO				PARCELAMENTOS DE INSS / FGTS	15
PARCELAMENTO FGTS - JUROS A APROPRIAR	7	5.466	-		
VALOR ATUALIZADO	8	4.114.669	4.061.451	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
(-) DEPRECIACÃO ACUMULADA	8	(16.560)	(9.636)	RESULTADOS ACUMULADOS	16
				AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	16
IMOBILIZADO LÍQUIDO		4.098.109	4.051.815	RESULTADO DO EXERCÍCIO	16
TOTAL		15.732.478	4.435.442	TOTAL	
AS NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO SÃO PARTE INTEGRANTE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS				15.732.478	4.435.442



ESPORTE CLUBE SÃO BENTO
CNPJ/MF: 71.858.054/0001-30
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

(Valores em R\$ 1,00)

DESCRIÇÃO	NOTA EXPLC.	31/12/2018	31/12/2017
RECEITA LIQUIDA - FUTEBOL PROFISSIONAL			
Diretos de Transmissão	17	9.767.264	4.451.782
Patrocínio e publicidade	17	2.029.440	1.306.203
Arrecadação de jogos	17	821.230	1.350.852
Programa sócio torcedor	17	464.926	262.683
Premiações de campeonatos	17	354.739	85.000
Despesas recuperadas	17	2.043.981	-
Outras receitas	17	562.049	243.901
		16.043.629	7.700.421
(-) CUSTOS E DESPESAS - FUTEBOL PROFISSIONAL			
Despesas de pessoal	19	(3.901.981)	(2.192.232)
Direitos de imagem	19	(5.850.028)	(2.991.700)
Serviços de terceiros	19	(995.843)	(134.340)
Negociação de atletas	19	(367.187)	(660.971)
Despesas com jogos e competições	19	(2.896.256)	(1.215.105)
Despesas tributárias	19	(113.927)	(19.047)
Encargos de depreciação	19	(6.923)	(2.640)
Despesas administrativas	19	(674.671)	(461.112)
Outras despesas operacionais	19	(429.340)	(251.443)
		(15.236.156)	(7.928.590)
(=) SUPERÁVIT OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		807.473	(228.169)
Despesas financeiras	18	(47.683)	(16.912)
Receitas financeiras	18	24.764	6.624
		(22.919)	(10.288)
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		784.554	(238.458)

AS NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO SÃO PARTE INTEGRANTE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS



ESPORTE CLUBE SÃO BENTO
CNPJ/MF: 71.858.054/0001-30
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES NAS CONTAS DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

DESCRIÇÃO	PATRIMÔNIO SOCIAL	LUCROS/PREJUÍZOS ACUMULADOS	PATRIMÔNIO SOCIAL
SALDO FINAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	(651.225)	44.191	(607.034)
TRANSFERÊNCIA PARA O PATRIMÔNIO AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	44.191	(44.191)	-
RESULTADO DO EXERCÍCIO	-	(4.526.917)	(4.526.917)
SALDO FINAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	(607.034)	254.716	254.716
TRANSFERÊNCIA PARA O PATRIMÔNIO AJUSTES PATRIMONIAIS	(4.272.201)	(4.272.201)	(4.879.235)
RESULTADO DO EXERCÍCIO	-	4.272.201	-
SALDO FINAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	(4.879.235)	4.000.386	4.000.386
TRANSFERÊNCIA PARA O PATRIMÔNIO RESULTADO DO EXERCÍCIO	3.761.928	(238.458)	(238.458)
SALDO FINAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	(1.117.307)	3.761.928	(1.117.307)
AS NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO SÃO PARTE INTEGRANTE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	-	(3.761.928)	-
		784.554	784.554
		784.554	(332.753)





ESPORTE CLUBE SÃO BENTO
CNPJ/MF: 71.858.054/0001-30
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

DESCRIÇÃO	(Valores em R\$ 1,00)	
	31/12/2018	31/12/2017
Superávit / Déficit do Exercício	784.554	(238.457)
Outros Resultados Abrangentes	-	-
Resultado Abrangente do Exercício	<u>784.554</u>	<u>(238.457)</u>

AS NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO SÃO PARTE INTEGRANTE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

 M.

ESPORTE CLUBE SÃO BENTO
CNPJ/MF: 71.858.054/0001-30
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

(Valores em reais R\$ 1,00)		
DESCRIÇÃO	31/12/2018	31/12/2017
(=) Superávit/déficit do exercício	784.554	(238.458)
Itens que não afetam o caixa operacional		
Depreciação e amortização		
Ajustes de exercícios anteriores	6.923	2.640
RESULTADO LÍQUIDO AJUSTADO	791.477	4.000.385
		3.764.567
(AUMENTO) OU REDUÇÃO NOS ATIVOS OPERACIONAIS		
Adiantamentos de direito de imagem		
Bloqueios judiciais	94.480	(144.480)
Adiantamento a fornecedores	(3.714)	(12.017)
Créditos tributários	12.421	(17.421)
Adiantamentos salariais	(20)	-
Cotas de patrocínio a receber	(16.047)	-
Créditos a receber - FPF e CBF	(120.151)	-
Juros a apropriar	(10.977.064)	-
Obrigações sociais e trabalhistas	(5.465)	-
Obrigações tributárias	230.652	11.357
Provisão de férias e encargos	137.132	(462)
Outros valores a pagar	6.136	97.919
Provisões para contingências	(517.898)	531.695
Empréstimos de curto prazo	26.525	-
Parcelamentos do INSS/FGTS	1.205.823	87.201
Receitas a receber - FPF e CBF	(1.552.952)	(102.743)
	10.977.064	-
	(503.078)	451.049
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	288.399	4.215.616
II - DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
	(53.218)	(4.032.650)
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(53.218)	(4.032.650)
III - DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	-	-
AUMENTO NAS DISPONIBILIDADES E VALORES EQUIVALENTES	235.181	182.966
(+) CAIXA E EQUIVALÊNCIA DE CAIXA NO INÍCIO DO PERÍODO	209.709	26.743
(-) CAIXA E EQUIVALÊNCIA DE CAIXA NO FINAL DO PERÍODO	444.890	209.709
(=) VARIAÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA NO EXERCÍCIO	235.181	182.966
AS NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO SÃO PARTE INTEGRANTE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS		



ESPORTE CLUBE SÃO BENTO
CNPJ/MF: 71.858.054/0001-30
DEMONSTRATIVO DO VALOR ADICIONADO

(Valores em R\$ 1,00)

DESCRIÇÃO	31/12/2018	31/12/2017
1-RECEITAS		
Receitas com Departamento de Futebol	13.478.252	1.350.852
Receitas do Departamento Social	20.114	4.151.782
Outras Receitas	2.545.263	2.197.787
	16.043.629	7.700.421
2-INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		
Custos de jogos	(2.896.256)	(994.431)
Despesas com atletas (direito de imagem)	(5.850.028)	(2.991.709)
Despesas com a Federação Paulista	-	(660.971)
Despesas gerais e administrativas	(2.467.041)	(703.077)
	(11.213.325)	(5.350.188)
3-VALOR ADICIONADO BRUTO	4.830.304	2.350.233
4-RETENÇÕES		
Depreciações e amortizações	(6.923)	(2.640)
5-VALOR ADICIONADO LÍQUIDO	4.823.381	2.347.593
6-VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERENCIA		
Receitas financeiras	24.764	6.614
7-VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	4.848.145	2.354.207
8-DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	4.848.145	2.354.207
Pessoal e encargos	3.901.981	2.559.129
Impostos, taxas e contribuições	113.927	16.624
Despesas financeiras	47.683	16.912
Resultado do exercício	784.554	(238.458)

AS NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO SÃO PARTE INTEGRANTE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS



ESPORTE CLUBE SÃO BENTO

CNPJ/MF: 71.858.054/0001-30

TABELA DE ÍNDICES ECONÔMICOS E FINANCEIROS REFERENTES AO PERÍODO DE 31/12/2018 E 31/12/2017

SOLVÊNCIA OU LIQUIDEZ.

1) Índice de Liquidez Corrente

Objetivo

Medir a capacidade da empresa em saldar seus compromissos financeiros e dívidas a curto prazo. Portanto, quanto maior for o índice, melhor é a situação da empresa.

Parâmetros de Avaliação

- a) Entre 1,70 e 2,00: Excelente.
- b) Entre 1,40 e 1,70: Adequado.
- c) Entre 1,10 e 1,40: Baixo.
- d) Entre 0,80 e 1,10: Péssima.

Índice da Empresa	
31/12/2018	31/12/2017
0,88	0,34

ATIVO CIRCULANTE
PASSIVO CIRCULANTE

2) Índice de Liquidez Seca

Objetivo

Medir a capacidade da empresa de pagamento das dívidas na hipótese extrema de não conseguir vender o seu estoque. Quanto maior for o índice, melhor.

Parâmetros de Avaliação

- a) Entre 2,00 e 2,80: Excelente.
- b) Entre 1,40 e 2,00: Boa.
- c) Entre 1,10 e 1,40: Normal.
- d) Entre 0,60 e 1,00: Baixa.

Índice da Empresa	
31/12/2018	31/12/2017
0,88	0,34

ATIVO CIRCULANTE - ESTOQUES
PASSIVO CIRCULANTE

3) Índice de Liquidez Geral

Objetivo

Medir a capacidade da empresa em saldar suas dívidas a curto e longo prazos com recursos disponíveis em seu ativo circulante e longo prazo. Mede também a habilidade de pagar. Quanto maior for o índice, melhor.

Parâmetros de Avaliação

- a) Entre 1,60 e 1,80: Excelente (e ideal para iniciar um plano de expansão da empresa).
- b) Entre 1,30 e 1,80: Adequada.
- c) Entre 1,10 e 1,30: Baixa (mas adequada após um plano de expansão).
- d) Entre 0,80 e 1,10: Perigosa.
- e) Entre 0,60 e 0,80: Péssima.

Índice da Empresa	
31/12/2018	31/12/2017
0,98	0,80

AT. CIRCULANTE + AT. NÃO CIRCULANTE
PAS. CIRCULANTE + PASSIVO NÃO CIRCULANTE



ESPORTE CLUBE SÃO BENTO

CNPJ/MF: 71.858.054/0001-30

TABELA DE ÍNDICES ECONÔMICOS E FINANCEIROS REFERENTES AO PERÍODO DE 31/12/2018 E 31/12/2017

SOLVÊNCIA OU LIQUIDEZ.

4) Índice de Liquidez Imediata

Objetivo

Medir a capacidade da empresa em pagar suas dívidas com os recursos que são líquidos e certos, ou seja, dinheiro em caixa. Quanto maior for, melhor será a liquidez da empresa.

Parâmetros de Avaliação

- a) Entre 0,20 e 0,26: Excelente.
- b) Entre 0,16 e 0,20: Boa.
- c) Entre 0,06 e 0,16: Normal.
- d) Entre 0,01 e 0,16: Baixa.

Índice da Empresa	
31/12/2018	31/12/2017
0,03	0,19

DISPONIBILIDADES IMEDIATAS
PASSIVO CIRCULANTE

5) Índice de Margem de Garantia

Objetivo

Avaliar se os ativos da empresa são suficientes para saldar os compromissos financeiros da empresa, na hipótese de liquidação total da mesma. Quanto maior, melhor.

Parâmetros de Avaliação

- a) Entre 100 e 130%: Elevada.
- b) Entre 60 e 100%: Normal.
- c) Entre 10 e 60%: Mínima.

Índice da Empresa	
31/12/2018	31/12/2017
97,93%	79,88%

ATIVO TOTAL
PAS. CIRCUL. + PASSIVO NÃO CIRCULANTE

ENDIVIDAMENTO.

1) Índice de Endividamento a Curto Prazo

Objetivo

Medir a capacidade da empresa em saldar seus compromissos financeiros e dívidas a curto prazo. Portanto, quanto maior for o índice, pior é a situação da empresa.

Parâmetros de Avaliação

- a) Entre 45 e 60%: Elevado.
- b) Entre 25 e 45%: Normal.
- c) Abaixo de 25%: Baixo.

Índice da Empresa	
31/12/2018	31/12/2017
83,90%	25,55%

PASSIVO CIRCULANTE
ATIVO TOTAL



ESPORTE CLUBE SÃO BENTO

CNPJ/MF: 71.858.054/0001-30

TABELA DE ÍNDICES ECONÔMICOS E FINANCEIROS REFERENTES AO PERÍODO DE 31/12/2018 E 31/12/2017

SOLVÊNCIA OU LIQUIDEZ.

2) Índice de Endividamento a Longo Prazo

Objetivo

Medir a capacidade da empresa em saldar seus compromissos financeiros e dívidas a longo prazo. Portanto, quanto maior for o índice, maior será o risco da empresa.

Parâmetros de Avaliação

- a) Entre 30 e 60%: Elevado.
- b) Entre 15 e 30%: Normal.
- c) Abaixo de 15%: Baixo.

Índice da Empresa	
31/12/2018	31/12/2017
18,22%	99,64%

PASSIVO NÃO CIRCULANTE
ATIVO TOTAL

3) Índice de Endividamento Geral

Objetivo

Avaliar se a empresa está operando com dívidas de terceiros em demasia, bem como o nível de risco do negócio. Quanto maior o endividamento geral, maior o risco.

Parâmetros de Avaliação

- a) Entre 70 e 100%: Elevado.
- b) Entre 50 e 70%: Normal.
- c) Entre 30 e 50%: Nível de Endividamento abaixo da média.
- d) Entre 0 e 30%: Nível de Endividamento baixo (que pode significar uma administração pouco dinâmica).

Índice da Empresa	
31/12/2018	31/12/2017
102,12%	125,19%

PAS. CIRCUL. + EXIG. L. PRAZO
ATIVO TOTAL

4) Índice de Capitalização

Objetivo

Avaliar se a empresa possui recursos próprios suficientes para sua segurança financeira. Quanto maior for o índice, melhor.

Parâmetros de Avaliação

- a) Acima de 70%: Nível excelente de capitalização.
- b) Entre 50 e 70%: Bom.
- c) Entre 30 e 50%: Regular.
- d) Abaixo de 30%: Nível baixo de capitalização.

Índice da Empresa	
31/12/2018	31/12/2017
-2,11%	-25,19%

PATRIMÔNIO LÍQUIDO
ATIVO TOTAL



ESPORTE CLUBE SÃO BENTO

CNPJ/MF: 71.858.054/0001-30

TABELA DE ÍNDICES ECONÔMICOS E FINANCEIROS REFERENTES AO PERÍODO DE 31/12/2018 E 31/12/2017

SOLVÊNCIA OU LIQUIDEZ.

5) Índice de Proporcionalidade do Endividamento

Objetivo

Avaliar o equilíbrio entre os recursos a curto e a longo prazo. Quanto mais próximo da média, melhor; quanto mais distante, pior.

Parâmetros de Avaliação

- a) Entre 75 e 90%: Excessiva concentração em dívidas a curto prazo.
- b) Entre 60 e 75%: Proporcionalidade normal.
- c) Entre 50 e 60%: Proporcionalidade pendendo para dívidas a longo prazo.
- d) Entre 0 e 50%: Excessiva concentração em dívidas a longo prazo.

Índice da Empresa	
31/12/2018	31/12/2017
82,16%	20,41%

$$\frac{\text{PASSIVO CIRCULANTE}}{\text{PAS. CIRC.} + \text{PAS. NÃO CIRCULANTE}}$$

6) Índice de Financiamento do Imobilizado

Objetivo

Avaliar o equilíbrio do financiamento do ativo imobilizado da empresa e a estrutura de financiamento dos seus planos de expansão.

Parâmetros de Avaliação

- a) Entre 90 e 120%: Excessivo financiamento do ativo imobilizado com recursos de terceiros.
- b) Entre 60 e 90%: Acentuado financiamento do ativo imobilizado com recursos de terceiros a longo prazo.
- c) Entre 30 e 60%: Financiamento normal.
- d) Abaixo de 30%: Reduzido financiamento do ativo imobilizado com recursos de terceiros.

Índice da Empresa	
31/12/2018	31/12/2017
69,85%	109,07%

$$\frac{\text{PASSIVO NÃO CIRCULANTE}}{\text{ATIVO PERMANENTE}}$$

IMOBILIZAÇÃO.

1) Índice de Imobilização do Patrimônio Líquido

Objetivo

Indica o volume de recursos do Patrimônio Líquido que estão aplicados no Ativo Permanente.

Índice da Empresa	
31/12/2018	31/12/2017
-1231,57%	-1699,17%

$$\frac{\text{ATIVO PERMANENTE}}{\text{PATRIMÔNIO LÍQUIDO}}$$



ESPORTE CLUBE SÃO BENTO

CNPJ/MF: 71.858.054/0001-30

TABELA DE ÍNDICES ECONÔMICOS E FINANCEIROS REFERENTES AO PERÍODO DE 31/12/2018 E 31/12/2017

SOLVÊNCIA OU LIQUIDEZ.

RENTABILIDADE.

1) Índice de Rentabilidade das Receitas de Vendas (DRE)

Objetivo

Apurar quanto que a empresa auferir de lucro para cada R\$ que vende ou obtém de receita líquida. Quanto mais próximo estiver da média, melhor.

Parâmetros de Avaliação

- a) Entre 9 e 11%: Excelente.
- b) Entre 6 e 9%: Boa.
- c) Entre 3 e 6%: Normal.
- d) Entre 0 e 3%: Baixa.
- e) Entre -1 e 0%: Péssima.

Índice da Empresa	
31/12/2018	31/12/2017
4,89%	-3,09%

LUCRO LÍQUIDO
RECEITA LÍQUIDA

2) Índice de Rentabilidade do Patrimônio

Objetivo

Medir se o lucro auferido pela empresa é suficiente para remunerar o capital investido nela.

Parâmetros de Avaliação

- a) Entre 16 e 22%: Excelente.
- b) Entre 10 e 16%: Boa.
- c) Entre 2 e 10%: Baixa.
- d) Entre -2 e 2%: Péssima.

Índice da Empresa	
31/12/2018	31/12/2017
-235,78%	21,34%

LUCRO LÍQUIDO
PATRIMÔNIO LÍQUIDO

3) Índice de Rentabilidade Operacional

Objetivo

Apurar quanto a empresa auferir de lucro nas suas operações efetivamente, excluindo-se do cálculo as despesas e as receitas não operacionais. Quanto mais próximo da média, melhor.

Parâmetros de Avaliação

- a) Entre 9 e 11%: Excelente.
- b) Entre 6 e 9%: Boa.
- c) Entre 3 e 6%: Normal.
- d) Entre 0 e 3%: Baixa.
- e) Entre -1 e 0%: Péssima.

Índice da Empresa	
31/12/2018	31/12/2017
4,89%	5,21%

L.LÍQ.OPER.
REC. OPERAC. LÍQUIDA



ESPORTE CLUBE SÃO BENTO

CNPJ/MF: 71.858.054/0001-30

TABELA DE ÍNDICES ECONÔMICOS E FINANCEIROS REFERENTES AO PERÍODO DE 31/12/2018 E 31/12/2017

SOLVÊNCIA OU LIQUIDEZ.

4) Índice de Rentabilidade Estrutural

Objetivo

Medir a rentabilidade da empresa em geral, incluindo-se os capitais de terceiros no total dos investimentos. Quanto maior, melhor.

Parâmetros de Avaliação

- a) Entre 20 e 22%: Excelente.
- b) Entre 14 e 20%: Boa.
- c) Entre 8 e 14%: Normal.
- d) Entre -2 e 8%: Baixa.

Índice da Empresa	
31/12/2018	31/12/2017
5,03%	-2,96%

LUCRO ANTES I. RENDA + DESP. FINANC.
ATIVO TOTAL

5) Índice de Margem Bruta das Receitas

Objetivo

Avaliar o departamento de produção e sua eficiência. Quanto maior, melhor.

Parâmetros de Avaliação

- a) Entre 30 e 32%: Excelente.
- b) Entre 24 e 30%: Normal.
- c) Entre 16 e 24%: Baixa.
- d) Entre 8 e 16%: Perigosa.

Índice da Empresa	
31/12/2018	31/12/2017
4,89%	-3,09%

LUCRO BRUTO OPERACIONAL
REC. OPERAC. LÍQUIDA

OBS.: Lembramos que os parâmetros de avaliação, são meramente didáticos, e podem estar fora da realidade do mercado brasileiro, principalmente quando devem ser comparados com os índices de cada setor específico da economia nacional.



ESPORTE CLUBE SÃO BENTO

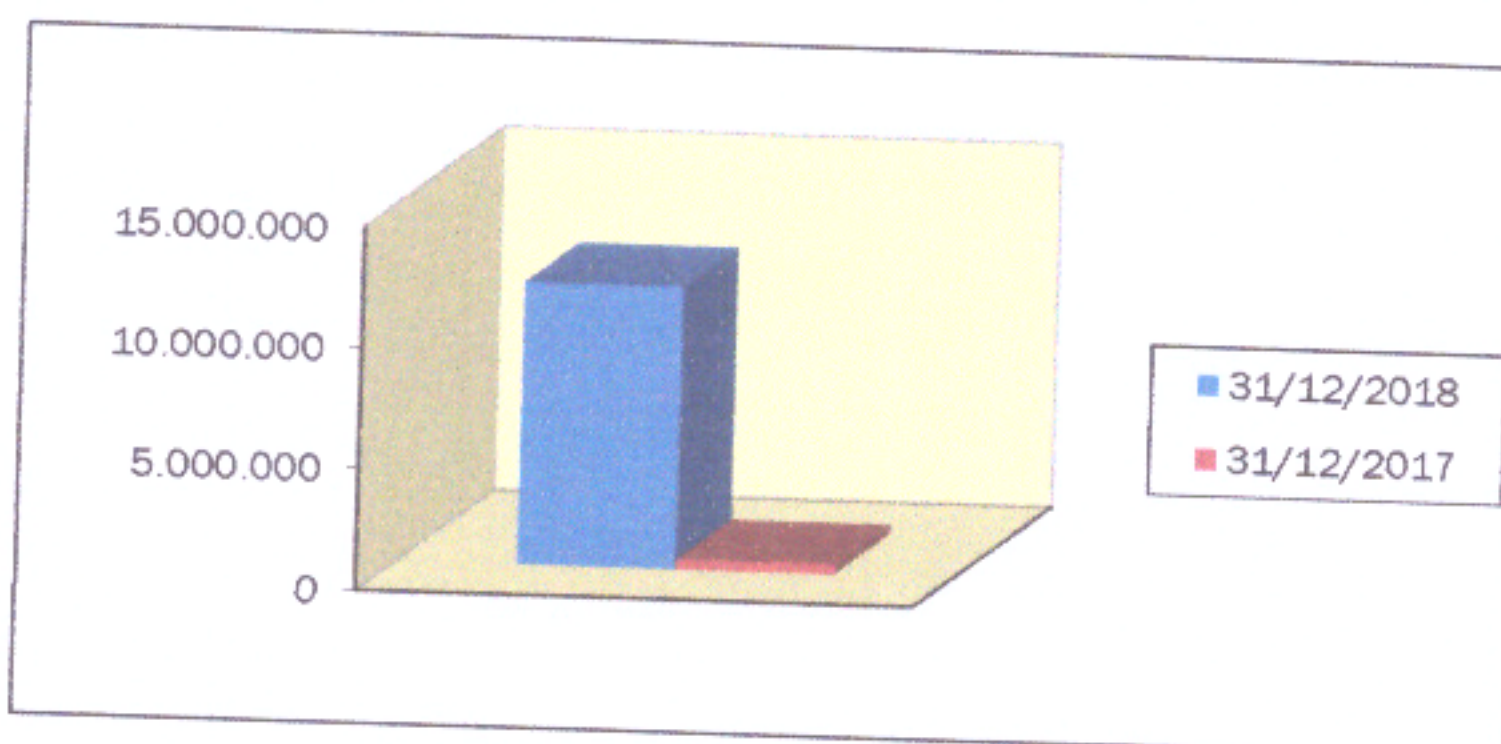
CNPJ/MF: 57.723.801/0001-00

ANÁLISE DAS EVOLUÇÕES DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES

Período Base: 31/12/2018

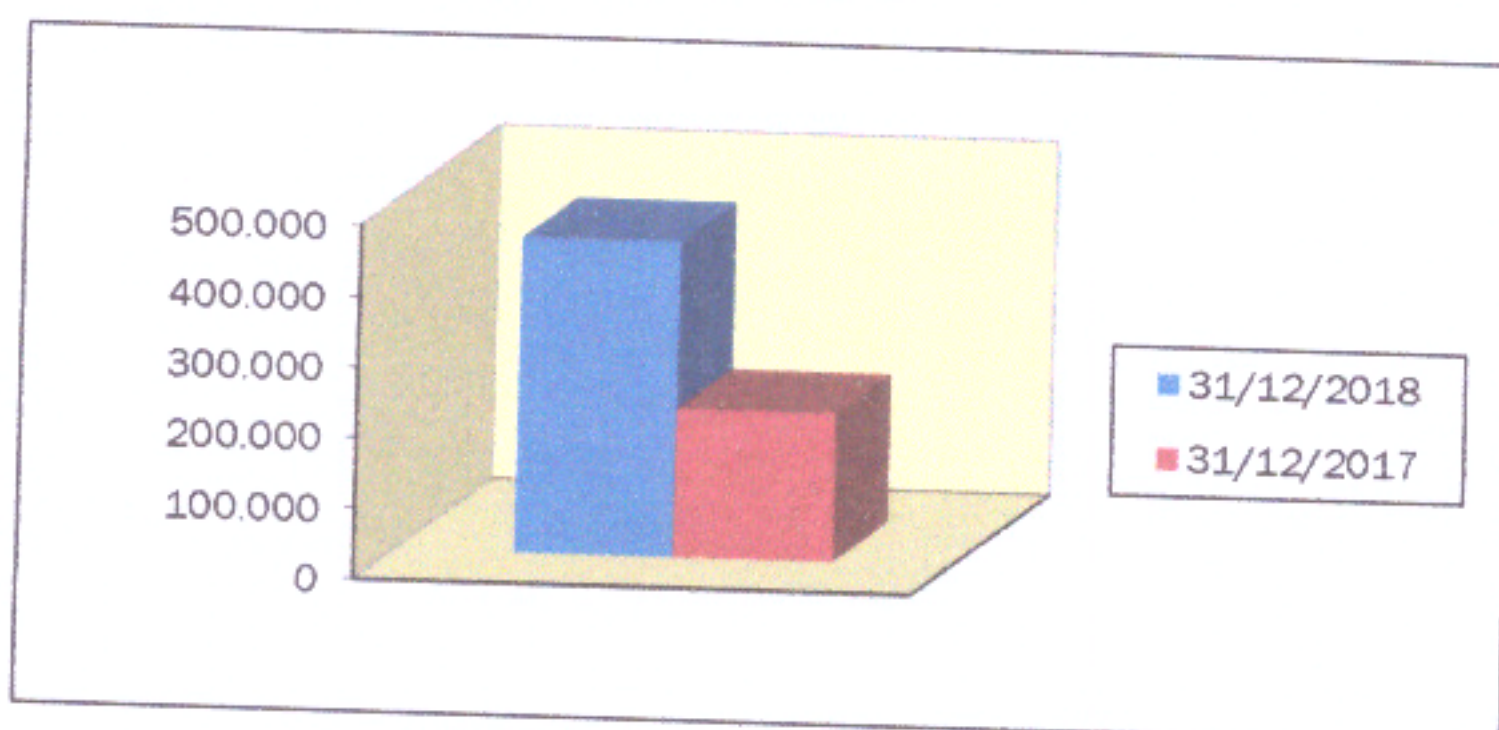
Comparativo: 31/12/2017

EVOLUÇÃO DO ATIVO CIRCULANTE



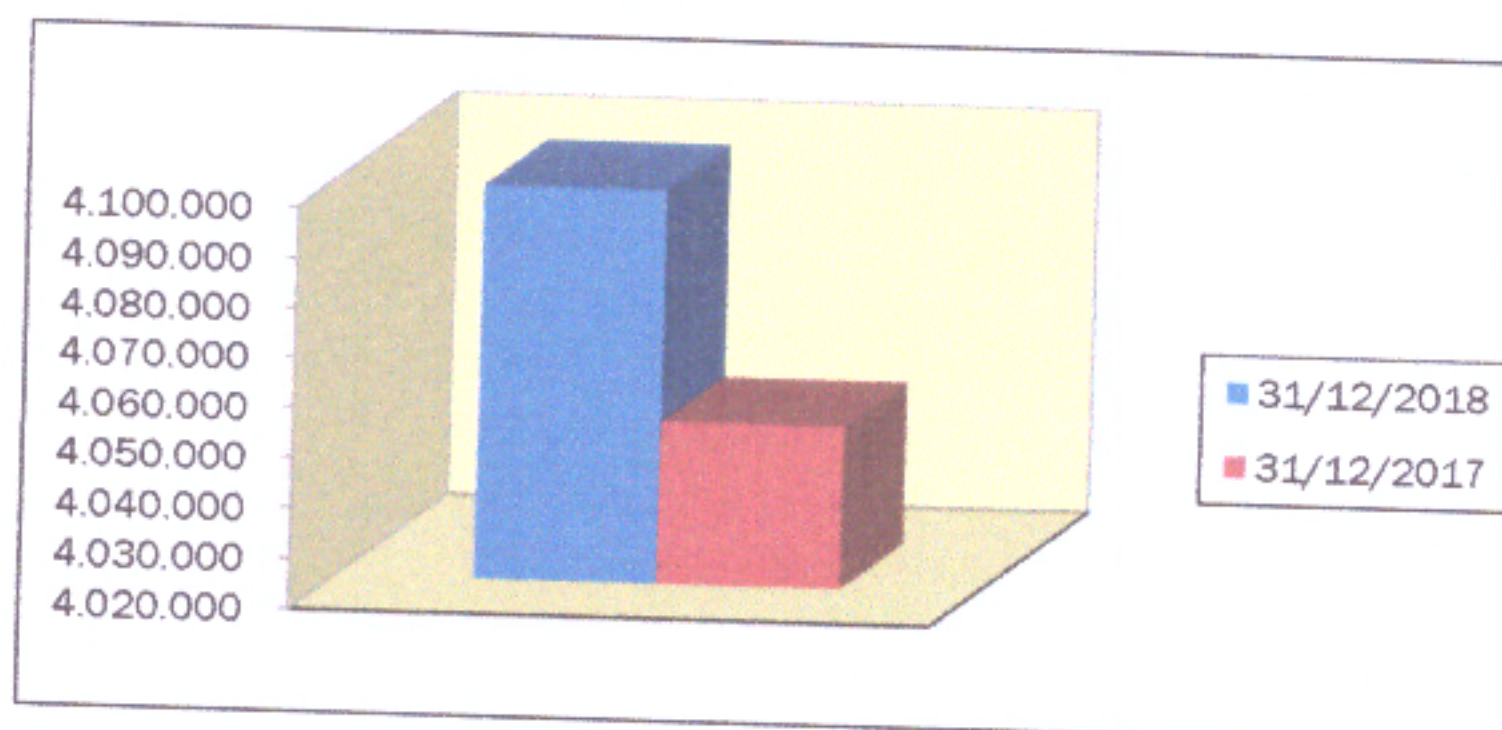
Valores em Reais	
31/12/2018	31/12/2017
11.628.903	383.627

EVOLUÇÃO DAS DISPONIBILIDADES IMEDIATAS



Valores em Reais	
31/12/2018	31/12/2017
444.890	209.709

EVOLUÇÃO DO IMOBILIZADO LÍQUIDO



Valores em Reais	
31/12/2018	31/12/2017
4.098.109	4.051.815

[Handwritten signature]

ESPORTE CLUBE SÃO BENTO

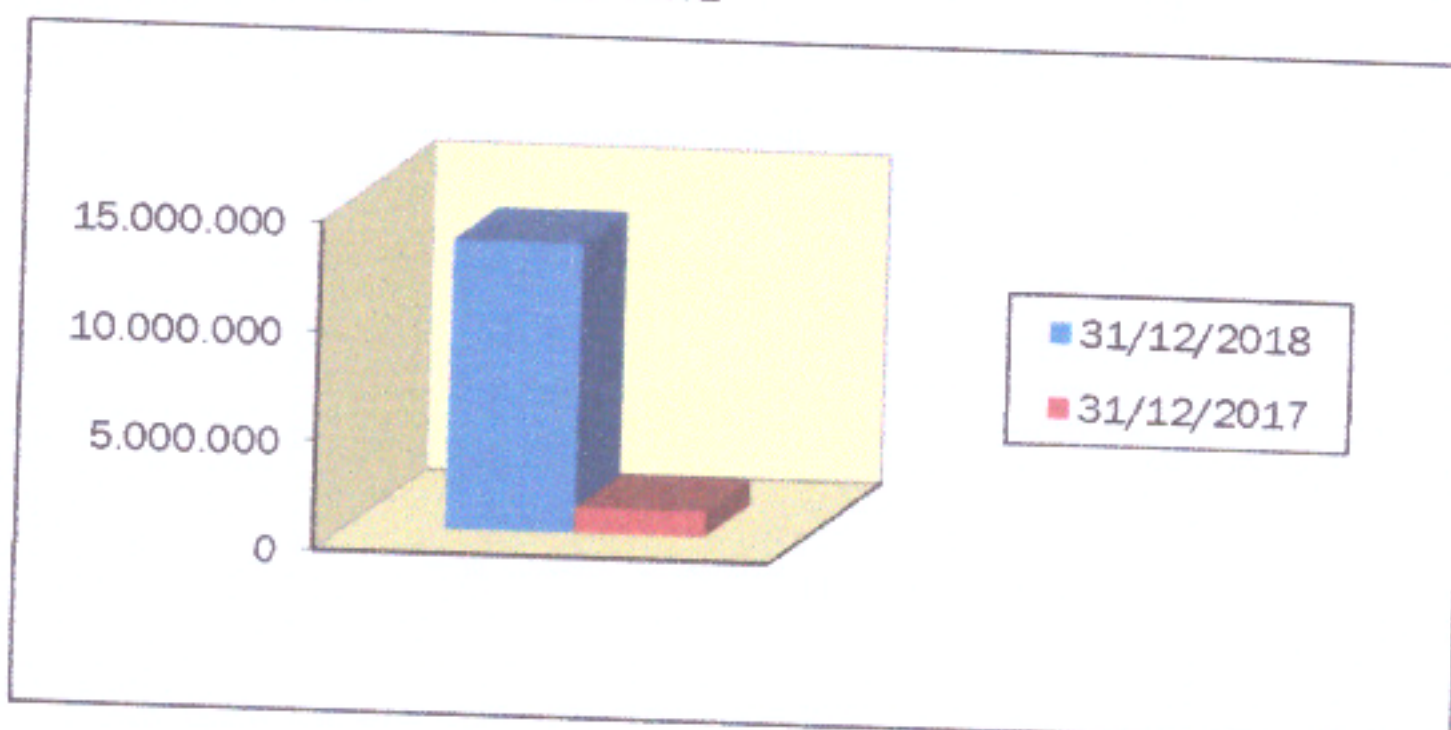
CNPJ/MF: 57.723.801/0001-00

ANÁLISES DAS EVOLUÇÕES DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES

Período Base: 31/12/2018

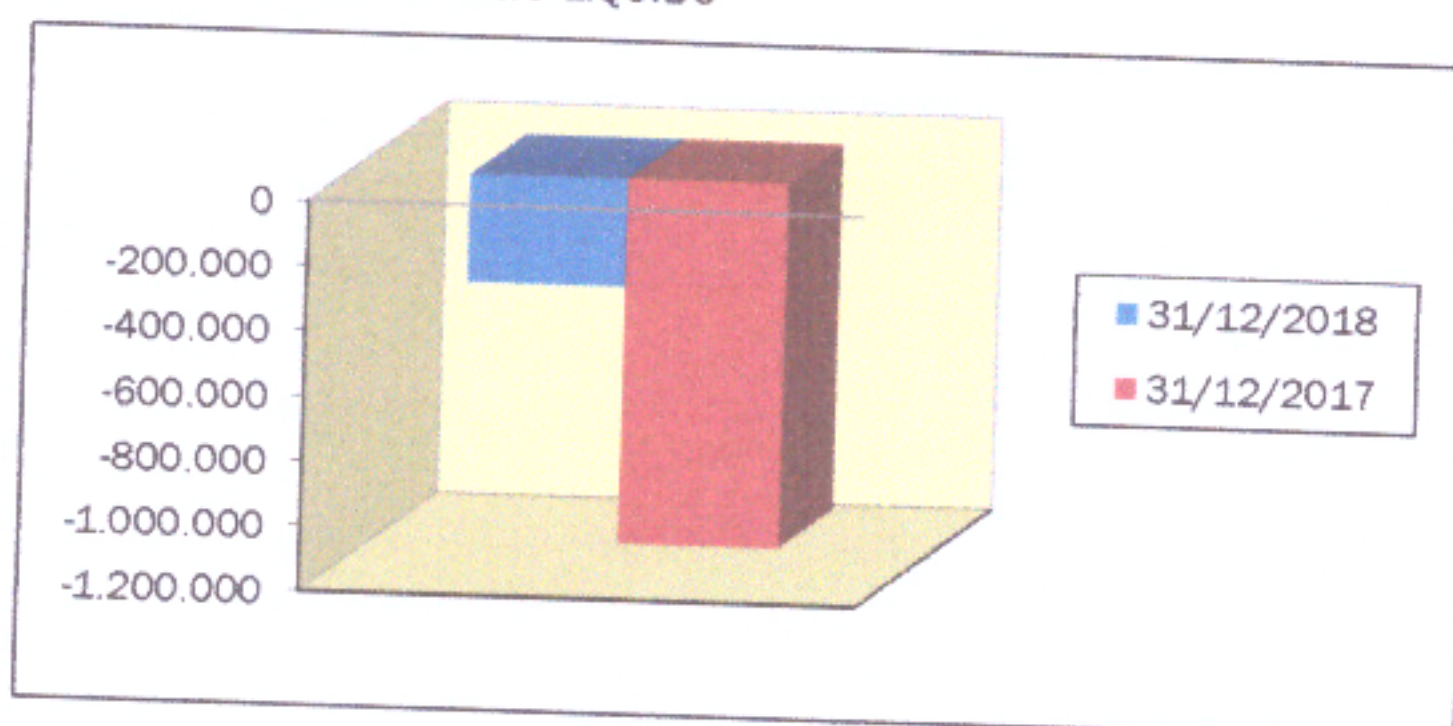
Comparativo: 31/12/2017

EVOLUÇÃO DO PASSIVO CIRCULANTE



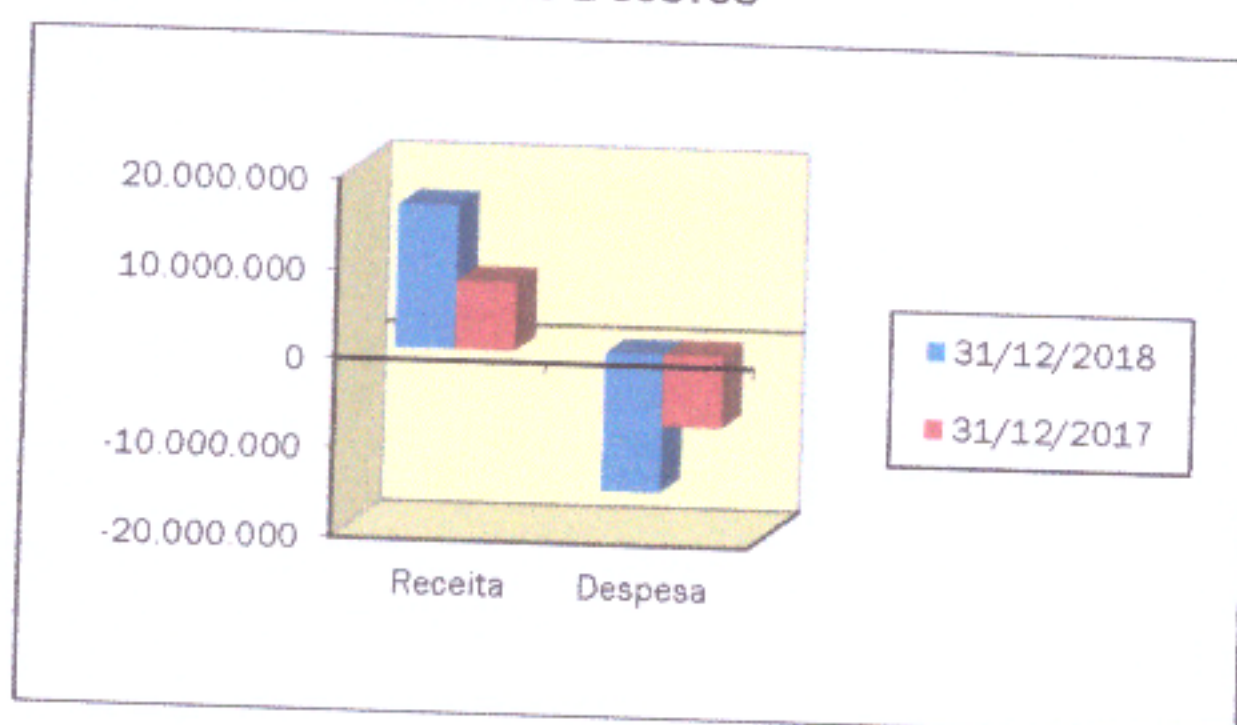
Valores em Reais	
31/12/2018	31/12/2017
13.198.876	1.133.442

EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO



Valores em Reais	
31/12/2018	31/12/2017
-332.753	-1.117.308

COMPARATIVO DE RECEITAS E CUSTOS



Valores em Reais		
	31/12/2018	31/12/2017
Receita	16.068.393	7.707.045
Despesa	(15.283.839)	(7.945.503)



ESPORTE CLUBE SÃO BENTO

CNPJ/MF: 57.723.801/0001-00

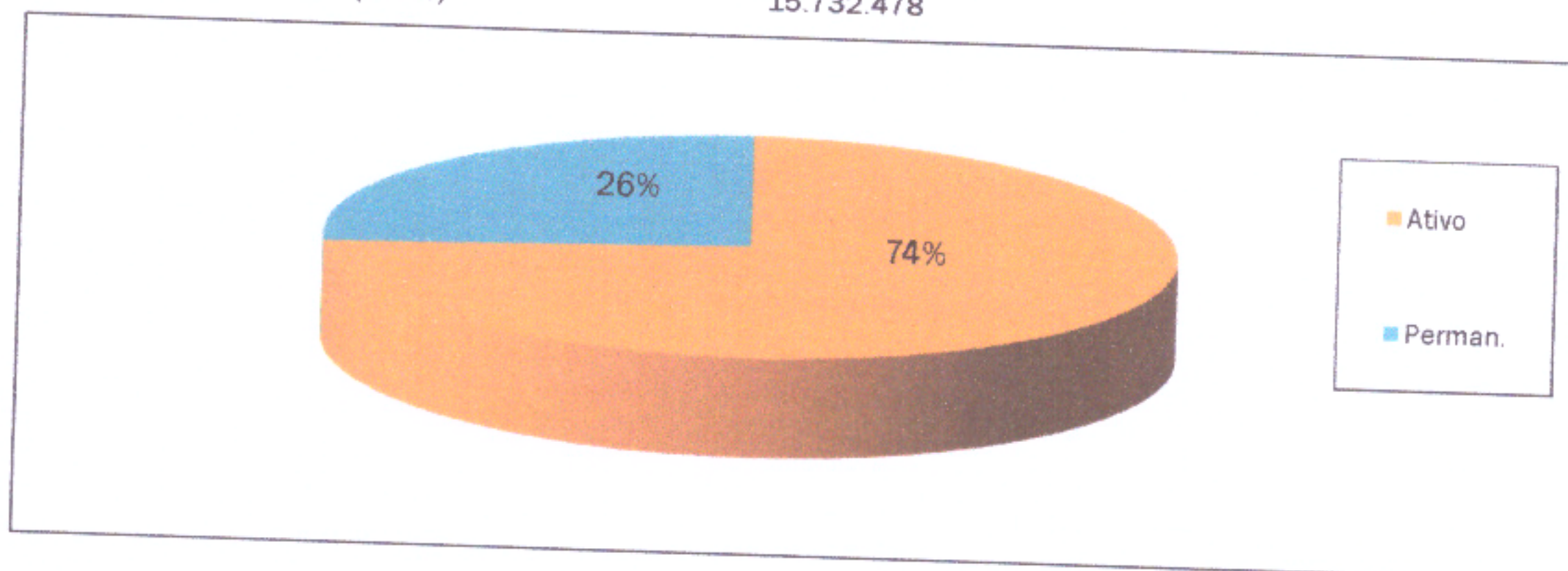
ANÁLISES DAS EVOLUÇÕES DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES

Período Base: 31/12/2018

Comparativo: 31/12/2017

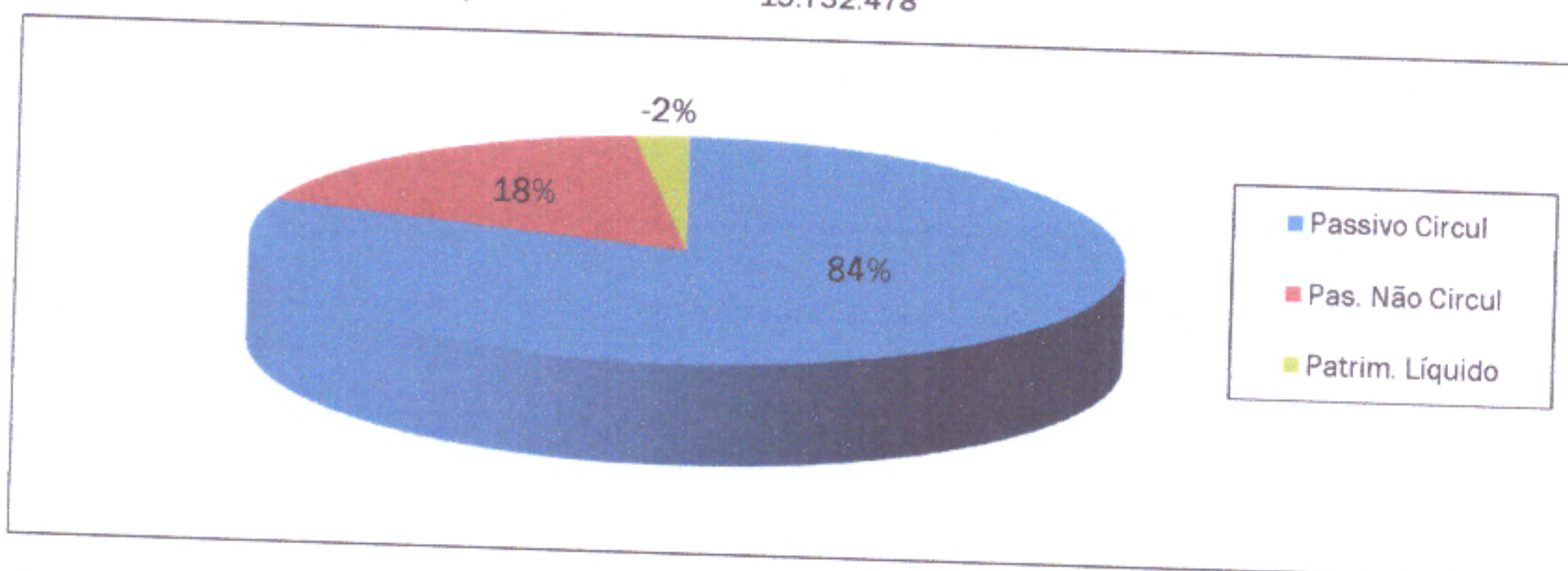
PARTICIPAÇÃO DOS COMPONENTES DO ATIVO (%)

Total do Ativo em R\$ (100%) = 15.732.478



PARTICIPAÇÃO DOS COMPONENTES DO PASSIVO (%)

Total do Passivo em R\$ (100%) = 15.732.478



[Handwritten signature]

ESPORTE CLUBE SÃO BENTO

71.858.054/0001-30

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações Gerais

O Esporte Clube São Bento ("Clube"), cujo nome é imutável, com sede social e administrativa, e foro jurídico na Cidade de Sorocaba, Estado de São Paulo, à Rua Comendador Hélio Monzoni, 20, no Bairro de Santa Rosália.

O Clube foi fundado de 14 de setembro de 1.913. É uma entidade desportiva constituída na forma de associação civil, sem fins econômicos, com personalidade jurídica de direitos privados, com organização e funcionamento autônomos

As demonstrações contábeis foram aprovadas pelo Conselho de Administração e pela Diretoria em 1º de abril de 2019.

2. Base de apresentação e políticas contábeis

As demonstrações contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas e de acordo com a resolução CFC 1.429 de 2013 que aprovou a ITG 2003 (R1) - Entidade Desportiva, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração do clube no processo de aplicação das políticas contábeis do clube. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis estão divulgadas na nota explicativa nº 3.

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, outros ativos e passivos financeiros são ajustados para refletir a mensuração ao valor justo.

2.2. Sumário das principais práticas contábeis adotadas

As principais práticas contábeis adotadas pelo clube estão definidas abaixo e foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados. Exceto pela adoção das normas emitidas pelo IASB e CPC, que conforme descrito na Nota explicativa 3, que não causaram impacto relevante nas demonstrações contábeis do clube.

2.2.1. Moeda funcional

As demonstrações contábeis são apresentadas em reais (R\$), sendo essa a moeda funcional e de apresentação do clube.

(i) Transações e saldos

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ganhos e perdas resultantes da diferença entre a conversão dos saldos ativos e passivos, em moeda estrangeira, no fechamento do exercício são reconhecidos na demonstração do resultado do clube.

2.2.2 Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são inicialmente registrados ao seu valor justo, acrescido, no caso de ativo financeiro ou passivo financeiro que não seja pelo valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativo financeiro ou passivo financeiro. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com a classificação dos instrumentos financeiros nas seguintes categorias:

- (i) Custo amortizado;
- (ii) Valor justo por meio do resultado e;
- (iii) Valor justo por meio do resultado abrangente.

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.2.3. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem os numerários em espécie, depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, as quais são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

2.2.4. Contas a receber

São registradas e mantidas pelo valor nominal dos títulos decorrentes das negociações de direitos federativos, direitos de transmissão e patrocínio e publicidade, acrescidos de variações cambiais, quando aplicável. As perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa ("PECLD") são constituídas com base em análise individual dos valores a receber, considerando:



(i) O conceito de perda incorrida e perda esperada, levando em conta eventos de inadimplência que tem probabilidade de ocorrência nos doze meses após a data de divulgação das referidas demonstrações contábeis;

(ii) Ativos financeiros que já apresentam evidência objetiva de *impairment* em 31 de dezembro 2018.

2.2.5. Estoques

Os estoques, substancialmente representados por materiais de almoxarifado e esportivos, são registrados ao custo médio de aquisição, que não supera os valores de mercado ou valor líquido de realização. O custo desses estoques é reconhecido no resultado quando da baixa.

2.2.6. Outras contas a receber (circulante e não circulante)

Estas são demonstradas ao valor de custo ou de realização, dos dois, o menor, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetários auferidos.

2.2.7. Imobilizado

Avaliado ao custo de aquisição e/ou construção, acrescido de juros capitalizados durante o período de construção, quando aplicável para casos de ativos qualificáveis, e reduzido pela depreciação acumulada e pelas perdas por "*impairment*", quando aplicável.

Terrenos não são depreciados. A depreciação dos demais ativos é calculada pelo método linear, para distribuir seu valor de custo ao longo da vida útil estimada, como segue:

	Anos - %
Edificações	25 - 4%
Máquinas e equipamentos	10 - 10%
Veículos	5 - 20%
Móveis e utensílios	10 - 10%
Equipamentos de informática	5 - 20%
Instalações	10 - 10%

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

Os ganhos e as perdas em alienações são apurados comparando-se o valor da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado.

2.2.8. Ativos intangíveis

2.2.8.1. Atletas profissionais

Nessa rubrica são registrados os gastos incorridos com aquisição de direitos federativos de atletas profissionais, formados na base, que são transferidos da rubrica “atletas em formação” para “atletas profissionais”, quando da profissionalização do atleta. A amortização é calculada de acordo com o prazo de vigência do contrato e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável.

2.2.8.2. Atletas em formação

Reconhecidos pelos valores gastos diretamente relacionados com a formação de atletas (alojamento, alimentação, transporte, educação, vestuário, assistência médica, comissão técnica, etc.). Quando da profissionalização do atleta, os custos são transferidos para a conta específica de “Atletas formados” e amortizados no resultado do exercício pelo prazo contratual firmado e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável.

2.2.9. Redução ao valor recuperável dos ativos não financeiros

Na data de cada demonstração contábil, o clube analisa se existem evidências de que o valor contábil de um ativo não será recuperado. Caso se identifique tais evidências, o clube estima o valor recuperável do ativo. O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre: (a) seu valor justo menos custos que seriam incorridos para vendê-lo, e (b) seu valor em uso. O valor em uso é equivalente aos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados do uso contínuo do ativo até o final da sua vida útil.

Quando o valor residual contábil do ativo exceder seu valor recuperável, o clube reconhece uma redução do saldo contábil deste ativo (impairment) e a eventual redução no valor recuperável dos ativos é registrada no resultado do exercício.

2.2.10. Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios. São inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros, caso aplicável.

2.2.11. Empréstimos e financiamentos

O saldo de empréstimos e financiamentos corresponde ao valor dos recursos captados, acrescidos dos juros e encargos proporcionais ao período incorrido, deduzidos das parcelas amortizadas. Se aplicável, os saldos de empréstimos e financiamentos contemplam a variação cambial reconhecida sobre o passivo.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que o clube tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

2.2.12. Provisões

As provisões são reconhecidas quando o clube tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados ou expectativa de eventos futuros, sendo provável a saída de recursos para liquidar determinada obrigação, mensurada com base numa estimativa confiável do valor provisionado.

A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado líquido de qualquer reembolso.

Dentre as provisões levantadas pelo clube, se encontram as provisões para riscos tributários, trabalhistas e cíveis, as quais são provisionadas quando os processos judiciais são avaliados como perda provável, pelos assessores jurídicos e pela Administração do clube. Essa avaliação é efetuada considerando a natureza dos processos em questão, similaridades com causas julgadas anteriormente e andamento do julgamento das causas. Quando o clube espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, em todo ou em parte, este ativo é reconhecido somente quando sua realização for considerada líquida e certa, sem haver a constituição de ativos sob cenários de incerteza.

2.2.13. Impostos e contribuições

Em virtude de ser um Clube sem fins lucrativos, goza do benefício de isenção do pagamento dos tributos federais incidentes sobre o resultado, de acordo com os artigos 178 a 192 Decreto nº 9.580, de 22 de novembro de 2018.

i) Programa de Integração Social (PIS)

Em virtude de ser um Clube sem fins lucrativos, está sujeito ao pagamento da contribuição para o PIS calculada sobre a folha de salários à alíquota de 1% de acordo com a Medida Provisória nº 2.158 de 24 de agosto de 2001 e posteriores alterações.

ii) Impostos sobre receitas do clube

As receitas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas: Imposto/Contribuição Alíquota (%):

- (*) Programa de Integração Social (PIS): 1,65%;
- (*) Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS): 7,60%
- (*) Seguridade Social (INSS): 5%

Programa de Integração Social (PIS)

Em virtude de ser um Clube sem fins lucrativos, goza do benefício de isenção do pagamento do PIS incidente sobre as receitas relativas às atividades próprias, de acordo com as Leis nº 9.532/97 e nº 10.833/03. (Alíquota de 1,65% para não próprias).

Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS)

Em virtude de ser um Clube sem fins lucrativos, goza do benefício de isenção do pagamento da COFINS incidente sobre as receitas relativas às atividades próprias, de acordo com as Leis nº 9.718/98 e nº 10.833/03. (Alíquota de 7,60% para não próprias).

Instituto Nacional da Seguridade Social (INSS)

O Clube por manter equipe de futebol profissional tem a contribuição empresarial da Seguridade Social deduzida à alíquota correspondente a 5% da receita bruta decorrente:

- a) Dos espetáculos desportivos de que participe no território nacional, em qualquer modalidade desportiva, inclusive jogos internacionais;
- b) De qualquer forma de patrocínio, licenciamentos de uso de marcas e símbolos de publicidade, ou propaganda e de transmissão dos espetáculos desportivos.

2.2.14. Reconhecimento da receita

2.2.14.1. Geral

A receita é apresentada líquida dos impostos incidentes. Compreende o valor justo da contraprestação a receber pela negociação de atletas, licenciamento de produtos, patrocínios entre outros. O Clube reconhece a receita quando o valor desta pode ser mensurado com segurança e é provável que benefícios econômicos fluirão para o Clube.

Receitas com repasses de direitos federativos são contabilizadas no momento em que os contratos são assinados e/ou os direitos federativos são transferidos ao outro clube.

2.2.14.2 Receita de mecanismo de solidariedade

Decorrente do recebimento de um percentual destinado de todos os valores pagos pelas transferências internacionais dos atletas ao clube que participou de sua formação, conforme previsto no artigo 21 do Regulamento de Transferências da FIFA com o intuito de beneficiar os clubes formadores e de compensá-los financeiramente.

2.2.14.3. Receita com direito de transmissão de jogos

As receitas com direito de transmissão de jogos são contabilizadas com base nos contratos celebrados com as empresas de mídia detentoras desses direitos e reconhecidas em conformidade com a competência dos eventos vinculados a esses contratos.

2.2.14.4. Receitas de publicidade (patrocínios)

As receitas com patrocínio são contabilizadas com base nos contratos celebrados com os respectivos patrocinadores, de acordo com a vigência estipulada para veiculação de sua marca junto ao Clube.

2.2.14.5. Receitas de royalties (licenciamento de produtos)

A receita de royalties é reconhecida pelo regime de competência, de acordo com a metodologia e taxas percentuais definidas nos contratos celebrados com os franqueados.

2.2.14.6. Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros.

2.2.15. Novos pronunciamentos técnicos adotados

Foram aprovadas e emitidas as seguintes novas normas pelo IASB e pelo CPC, que entraram em vigor e foram adotadas efetivamente a partir de 1º de janeiro de 2018. A Administração efetuou sua avaliação conforme mencionado abaixo e não identificou impactos.

IFRS 15 - Receita de Contratos com Clientes (CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente)

A principal mudança resultante da adoção do IFRS 15 (CPC 47) decorre dos princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e como e quando ela é reconhecida, baseada em cinco passos:

- (1) Identificação dos contratos com os clientes;
- (2) Identificação das obrigações de desempenho previstas nos contratos;
- (3) Determinação do preço da transação;
- (4) Alocação do preço da transação à obrigação de desempenho previstas nos contratos e
- (5) Reconhecimento da receita quando a obrigação de desempenho é atendida.

A nova norma substitui o IAS 11 - Contratos de Construção e o IAS 18 - Receitas e correspondentes interpretações.

(ii) IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (CPC 48 - Instrumentos Financeiros)

A norma aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros.

As principais alterações do IFRS 9 foram os novos critérios de classificação de ativos financeiros em três categorias:

- (1) Mensurados ao valor justo por meio do resultado abrangente;
- (2) Mensurados ao custo amortizado e
- (3) Mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Dependendo da característica de cada instrumento e finalidade para quais foram adquiridos, podendo ser classificado em resultado financeiro ou resultado abrangente. Adicionalmente a norma traz um novo modelo de impairment para ativos financeiros sendo um modelo prospectivo de “perdas de créditos esperadas” com base no histórico de perdas incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas.

As classificações de passivos financeiros permanecem os mesmos já previstos no IAS 39 (CPC 39) - Instrumentos Financeiros: Apresentação, somente sendo incluídas as regras relativas aos passivos financeiros mensurados ao valor justo, não aplicável para as operações mantidas pela fundação.

A Administração adotou o novo pronunciamento e, considerando as suas transações na data de adoção, não identificou mudanças que tivessem impacto relevante sobre as demonstrações contábeis do clube, haja visto que os instrumentos financeiros que mantém não são complexos e não apresentam risco significativo de impacto em sua remensuração, assim como não apresentam risco significativo de impairment ou de redução de valor de forma significativa em função de expectativa de perdas futuras, sendo aplicado somente as classificações dos ativos financeiros nas categorias previstas.

As compras e vendas de ativos financeiros são reconhecidos na data em que a operação é negociada e baixados quando os fluxos de caixa do investimento tenham vencido ou sejam recebidos, desde que todos os riscos e benefícios de sua propriedade lhe sejam transferidos.

Os ativos financeiros mantidos pelo clube em 31 de dezembro de 2018 são classificados da seguinte forma:

Custo amortizado

Ativos financeiros mantidos pelo clube são mantidos para gerar fluxos de caixas contratuais decorrentes do valor do principal e juros, quando aplicável, menos qualquer redução quanto à perda do valor recuperável. São classificados nesses itens os saldos de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, outros ativos, com as variações reconhecidas no Resultado Financeiro.

Mensurados ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros mantidos pelo clube mensurados ao valor justo por meio do resultado correspondem aos saldos de títulos e valores mobiliários, com as variações reconhecidas no Resultado Financeiro, por opção do clube.

2.2.16. Novos pronunciamentos técnicos, revisões e interpretações emitidas e não vigentes

Foram aprovadas e emitidas a seguinte norma e interpretação pelo IASB, que ainda não está em vigência e não foi adotada de forma antecipada pelo clube. A Administração avalia os impactos de sua adoção conforme mencionado abaixo:

(i) IFRS 16 - Operações de Arrendamento Mercantil (CPC 06 (R2) - Operações de Arrendamento Mercantil)

A nova norma substitui o IAS 17 - “Operações de Arrendamento Mercantil” e correspondentes interpretações e determina que os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de valores irrelevantes dos ativos envolvidos na operação. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações contábeis dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. Essa norma entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019.



3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Na elaboração das demonstrações contábeis foram utilizados julgamentos, estimativas e premissas contábeis para a contabilização de certos ativos e passivos e outras transações, e no registro das receitas e despesas do exercício. A definição dos julgamentos, estimativas e premissas contábeis adotadas pela Administração é elaborada com a utilização das melhores informações disponíveis na data das referidas Demonstrações Financeiras, envolvendo experiência de eventos passados, previsão de eventos futuros, além do auxílio de especialistas, quando aplicável.

As demonstrações contábeis incluem várias estimativas, tais como, mas não se limitando, a realização dos créditos a receber decorrentes da negociação de direitos federativos, provisões para riscos fiscais, previdenciários, cíveis e trabalhistas, *impairment* de ativos não financeiros relacionados aos atletas profissionais e ao custo de formação de atletas.

Os resultados reais dos saldos constituídos com a utilização de julgamentos, estimativas e premissas contábeis, quando de sua efetiva realização, podem ser divergentes, podendo o clube estar exposto a perdas que podem ser materiais.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	2018	2017
Caixa	444.358	208.970
Banco conta movimento	532	739
Aplicações financeiras	-	-
	<u>447.440</u>	<u>209.709</u>

5. Contas a receber

	2018	2017
Cotas de patrocínio a receber	120.151	-
Créditos a receber - FPF	5.373.000	-
Créditos a receber - CBF	5.604.064	-
(-)Perdas estimadas em PECLD	(-)	(-)
	<u>11.097.215</u>	<u>-</u>

6. Outros créditos

	2018	2017
Adiantamentos de direito de imagem	50.000	144.480
Adiantamento a fornecedores	5.000	17.421
Adiantamentos a funcionários	16.047	-
Créditos tributários	20	-
Bloqueios judiciais	15.731	12.017
	<u>86.798</u>	<u>173.918</u>

7. Realizável a longo prazo

	2018	2017
Parcelamento FGTS - juros á apropriar	5.466	-
	<u>5.466</u>	<u>-</u>

8. Imobilizado

			Líquido	
	Custo	Depreciação Acumulada	2018A	2017
Edifícios e construções	131.183	-	131.183	131.183
Imóveis - comodato	3.901.466	-	3.901.466	3.901.466
Maquinas/cquipamentos	43.850	(3.353)	40.497	1.975
Móveis e utensílios	36.221	(13.093)	23.128	17.191
Equip. informática	1.949	(114)	1.835	-
Total	<u>4.114.669</u>	<u>(16.560)</u>	<u>4.098.109</u>	<u>4.051.815</u>

Movimentação do ativo imobilizado

	2017	Adições	Baixas	Deprec.	2018
Edif. e construções	131.183	-	-	-	131.183
Imóveis-comodato	3.901.466	-	-	-	3.901.466
Maq. equipamentos	1.975	40.850	-	(2.328)	40.497
Móveis e utensílios	17.191	10.419	-	(4.481)	23.128
Equip.informática	-	1.949	-	(114)	1.835
Total	<u>4.051.815</u>	<u>53.218</u>	<u>-</u>	<u>(6.923)</u>	<u>4.098.109</u>

Conforme mencionado em nosso relatório anterior, o Clube incorporou ao seu ativo permanente, valor correspondente de R\$ 3.901.466,00 referente a um imóvel onde localiza-se a sede do mesmo, em contrapartida do Patrimônio Líquido (ajuste de exercícios anteriores), sendo que o referido imóvel é cedido em regime de comodato, portanto, sem escritura definitiva em seu favor.

9. Empréstimos e financiamentos

	2018	2017
Federação Paulista de Futebol-FPF	914.224	-
Confederação Brasileira de Futebol-CBF	500.000	-
Terceiros - pessoas físicas	148.800	357.201
	<u>1.563.024</u>	<u>357.201</u>



10. Adiantamentos - Receitas a realizar

	2018	2017
Federação Paulista de Futebol-FPF	5.373.000	-
Confederação Brasileira de Futebol-CBF	5.604.064	-
	<u>10.977.064</u>	<u>-</u>

11. Obrigações trabalhistas

	2018	2017
Salários a pagar	97.048	49.704
Rescisões a pagar	97.903	-
INSS a recolher	68.518	7.277
FGTS a recolher	31.326	2.804
Pis s/ folha de salárioa	-	2.313
Sindicato	-	2.047
Provisão de férias e encargos	135.534	129.398
	<u>430.329</u>	<u>193.543</u>

12. Obrigações fiscais

	2018	2017
PROFUT (Lei nº 13.155)	33.793	-
IRRF a recolher	110.903	19.667
ISS retido a recolher	970	-
INSS retido a recolher	154	-
Pis/Cofins/Csll retido a recolher	10.979	-
	<u>156.799</u>	<u>19.667</u>

13. Provisão para contingências

O clube é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, oriundos do curso normal de suas operações, envolvendo principalmente questões tributárias, cíveis e trabalhistas. A Administração, com base nas informações e avaliações de seus assessores legais, internos e externos, constituiu provisões para as contingências em montante avaliado suficiente para cobrir as perdas consideradas prováveis, classificando os processos de acordo com o grau de risco de perda, conforme segue:

	2018	2017
Trabalhistas	26.525	-
	<u>26.525</u>	<u>-</u>

A movimentação da provisão no exercício de 2018 está demonstrada a seguir:

	2017	Adições	Reversões	2018
Trabalhistas	-	77.572	(51.047)	26.525
Total	-	77.572	(51.047)	26.525

Perdas possíveis, não provisionadas no balanço:

O clube é parte em outros processos para os quais a administração, com base na avaliação de seus assessores legais, internos e externos, não constituiu provisão para contingências, uma vez que as expectativas de perda foram consideradas possíveis, sendo os principais:

	2018	2017
Trabalhistas	103.572	181.144
Cíveis	412.598	412.598
	<u>516.170</u>	<u>593.742</u>

14. Outros valores a pagar

	2018a	2017
Fornecedores	36.983	-
IPTU a recolher	8.150	-
Federação Paulista de Futebol	-	563.031
	<u>45.133</u>	<u>563.031</u>

15. Passivo Não Circulante

15.1 Encargos sociais

	2018	2017
FGTS a recolher	2.582.654	2.575.106
INSS a recolher	-	1.844.202
Parcelamentos do FGTS	104.921	-
	<u>2.687.575</u>	<u>4.419.308</u>

15.2 Parcelamentos

	2018	2017
Parcelamento - PROFUT	150.414	-
Parcelamento - PERT	28.367	-
	<u>178.781</u>	<u>-</u>



PROFUT - PROGRAMA DE MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO E DE RESPONSABILIDADE FISCAL NO FUTEBOL BRASILEIRO

Aprovada em 04 de agosto de 2015 a Lei nº 13.155 denominada Lei de Responsabilidade Fiscal do Esporte - LRFE que estabelece princípios e práticas de responsabilidade fiscal e financeira e de gestão transparente e democrática para entidades desportivas profissionais de futebol e criou o Programa de Modernização da Gestão e de Responsabilidade Fiscal do Futebol Brasileiro, dispondo sobre a gestão temerária no âmbito das referidas entidades.

A Lei permitiu o parcelamento a ser aplicado aos débitos tributários ou não tributários, cujos fatos geradores tenham ocorrido até 31 de dezembro de 2014, constituídos ou não, inscritos ou não, como Dívida Ativa, mesmo que em fase de execução fiscal ajuizada.

A dívida objeto do parcelamento deve ser consolidada, no âmbito de cada órgão responsável pela cobrança (CEF, INSS, PGFN e RFB) e deverá ser paga em até duzentas e quarenta parcelas, com redução de 70% (setenta por cento) das multas, 40% (quarenta por cento) dos juros e 100% (cem por cento) dos encargos legais.

As dívidas das entidades desportivas profissionais de futebol relativas ao FGTS e às contribuições instituídas pela Lei Complementar nº 110 de 29 de junho de 2001, poderão ser parceladas em até cento e oitenta prestações mensais.

O valor de cada uma das parcelas será acrescido de juros obtidos pela aplicação da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC para títulos federais, acumulada mensalmente, calculados a partir do mês subsequente ao da consolidação até o mês anterior ao do pagamento, e de 1% (um por cento) relativamente ao mês em que o pagamento estiver sendo efetuado.

A Administração do Clube avaliou os termos, requisitos, possíveis impactos e eventuais adequações oriundos da regulamentação, visando estar em plena conformidade com o conjunto normativo no início de sua vigência e aderiu ao programa em Agosto de 2016, tendo protocolado em cada órgão o pedido de parcelamento.

16. Patrimônio Líquido

	2018	2017
Patrimônio Social	(1.117.307)	(4.879.235)
Ajustes patrimonial (imóvel)	-	4.000.385
Resultado do exercício	784.554	(238.458)
	<u>(332.753)</u>	<u>(1.117.307)</u>



17. Receita líquida

	2018	2017
Arrecadação de jogos	821.230	1.350.852
Direitos de transmissão de TV	9.767.264	4.451.782
Publicidade e patrocínio	2.029.440	1.306.203
Recuperação de despesas	2.043.981	-
Outras receitas	1.381.714	591.584
	<u>16.043.629</u>	<u>7.700.421</u>

18. Resultado financeiro líquido

	2018	2017
<u>Receitas financeiras</u>		
Rendimentos de aplicações financeiras	124	10
Juros recebidos	-	6.614
Descontos obtidos	24.640	-
	<u>24.764</u>	<u>-6.624</u>

	2018	2017
<u>Despesas financeiras</u>		
Despesas bancárias	25.154	7.202
Juros e multas	22.529	9.710
	<u>47.683</u>	<u>16.912</u>

19. Custos Operacionais

	2018	2017
Despesas de pessoal	3.901.981	2.192.232
Despesas de imagem e bonificações	5.850.028	2.991.700
Serviços de terceiros	995.843	134.340
Despesas com negociações	367.187	660.971
Despesas com jogos e competições	2.896.256	1.215.105
Despesas tributárias	113.927	19.047
Encargos de depreciação	6.923	2.640
Despesas administrativas	674.671	461.112
Outras despesas operacionais	429.340	251.443
	<u>15.236.156</u>	<u>7.928.590</u>



20. Gestão de riscos e instrumentos financeiros

20.1. Gerenciamento de riscos

O clube participa de operações envolvendo instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender as suas necessidades operacionais, bem como a reduzir a exposição a riscos financeiros, principalmente de crédito e aplicações de recursos, riscos de mercado (câmbio e juros) e risco de liquidez, aos quais entende que está exposta, de acordo com sua natureza dos negócios e estrutura operacional.

A administração desses riscos é efetuada por meio da definição de estratégias elaboradas e aprovadas pela Administração do clube, atreladas ao estabelecimento de sistemas de controles e determinação de limite de posições. Não são realizadas operações envolvendo instrumentos financeiros com finalidade especulativa. Adicionalmente, a Administração procede com a avaliação tempestiva da posição do clube, acompanhando os resultados financeiros obtidos, avaliando as projeções futuras, como forma de garantir o cumprimento do plano de negócios definido e monitoramento dos riscos aos quais está exposto o clube.

Os principais riscos do clube estão descritos a seguir:

Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. No caso do clube, os preços de mercado são afetados por dois tipos de risco: risco de taxa de juros e risco de variação cambial. Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem aplicações financeiras, contas a receber de clientes, contas a pagar, empréstimos a pagar.

Risco de exposição às variações cambiais

O clube mantém operações denominadas em moedas estrangeiras, decorrente da negociação de direitos federativos com clubes do exterior, que estão expostas a riscos de mercado decorrentes de mudanças nas cotações das respectivas moedas estrangeiras. Qualquer flutuação da taxa de câmbio pode aumentar ou reduzir os referidos saldos. Adicionalmente o clube está exposto ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber).

Em 31 de dezembro de 2018, o valor máximo exposto pelo clube ao risco de crédito das contas a receber equivale aos saldos apresentados na nota explicativa 6. A qualidade do risco de crédito nas atividades operacionais do clube é administrada por análise na negociação dos atletas.

Risco de liquidez

O clube acompanha o risco de escassez de recursos, administrando seu capital por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente, para que haja recursos financeiros disponíveis para o devido cumprimento de suas obrigações, substancialmente concentrada nos financiamentos e parcelamentos do PROFUT.

A projeção orçamentária para o próximo exercício aprovada pelos conselhos, demonstra capacidade de cumprimento das obrigações.

Gestão de capital

A estrutura de capital do clube é formada pelo endividamento líquido, composto pelo saldo de empréstimos e financiamentos (nota explicativa 9), deduzidos pelo saldo de caixa, equivalentes de caixa (nota explicativa 4), e pelo saldo do patrimônio líquido.

21. Seguros

O clube não adotou no exercício de 2018 a contratação de seguros para a cobertura de eventuais sinistros envolvendo seus ativos, bem como não efetuou a contratação de seguro relativo aos atletas profissionais, conforme determina a Lei nº 9.615 de 24 de março de 1998, com redação dada pela Lei nº 12.395 de 16 de março de 2011.

22. Eventos subsequentes

Não há evidências de eventos subsequentes relevantes até a data da autorização para a emissão das demonstrações financeiras.

Sorocaba (SP), 31 de Dezembro de 2.018.-

Márcio Rogério Dias
Presidente

Wilson Vieira
Diretor Financeiro

Delta Contabilidade e Soluções Estratégicas Ltda
Silvia Janaina Moral
TC/CRC1SP250727/O-O

